

Privatizações e mecanismos de mercado: uma perspectiva comparativa (Breves notas sobre o 8.º Colóquio da A.I.D.E.)

1. Em Maio do corrente ano, com a presença de cerca de 150 participantes, teve lugar em Budapeste o 8.º Colóquio Internacional da Association Internationale de Droit Economique dedicado ao tema "Privatizações e mecanismos de mercado" abordado numa óptica interdisciplinar e comparativa.

A vertente comparativa resultava, quer da análise do tema ter tido em conta as experiências dos países de economia de mercado do Ocidente, dos países em vias de desenvolvimento e, de modo especial, dos países recém-saídos dos sistemas colectivistas de Estado, quer do estudo de casos relativos à privatização de certos sectores (em particular aspectos ligados às telecomunicações e ao crédito) e de certas empresas.

As exposições, intervenções e debates processaram-se em três momentos distintos.

No primeiro, em sessão plenária, foram abordados problemas de carácter geral, como seja a problemática das privatizações nos sistemas económicos contemporâneos, os aspectos jurídicos das privatizações numa economia de mercado e os constrangimentos externos e sistémicos das privatizações.

No segundo, decorreram em simultâneo cinco sessões ("ateliers") que se debruçaram sobre temas mais específicos, as condições jurídicas do funcionamento de uma economia de mercado, as técnicas de privatização, o direito social e as privatizações e aspectos sectoriais das privatizações (os sectores das telecomunicações e do crédito).

No terceiro, de novo em sessão plenária, fo-

ram apresentadas sínteses dos trabalhos das sessões específicas e as conclusões gerais de fecho do colóquio.

No entanto, o facto de o colóquio se desenrolar na Hungria, a presença de muitos participantes do Leste da Europa e, sobretudo, a importância e actualidade do tema das privatizações nesta região, levaram naturalmente que grande parte das intervenções e dos debates fosse, directa ou indirectamente, reconduzido à análise das experiências dos países do ex-Comecon.

Com efeito, em países onde, falhado o projecto reformista da *perestroika* e de uma terceira via entre dois sistemas, são dados passos no sentido da transformação de uma economia colectivista de Estado, coordenada administrativamente, de forma centralizada, através de uma planificação imperativa, numa economia baseada prioritariamente na propriedade e iniciativa privada e no mercado, com abertura tendencialmente plena à economia mundial, a análise das experiências de privatização no Ocidente e nos PVD acaba por assumir, em relação àqueles, uma função "pedagógica". Comparar experiências é assim procurar responder às questões do porquê, do quê, do como, do quando privatizar e, através dessa metodologia, compreender as especificidades do processo de privatizações no Leste.

Dáí que, sem preocupações de exaustividade, tão rica foi a participação dos juristas, economistas e políticos, dos práticos e universitários presentes, procurarei dar conta de algumas linhas de força do debate sobre as privatizações no Leste, ou, de forma mais exacta, da leitura que faço desse debate.

2. A noção de privatização está longe de ser unívoca. Globalmente ela traduz a ideia de uma substituição da propriedade e controlo públicos das empresas pela propriedade e controlo privados (N. Horn) e, neste sentido, é, segundo a generalidade da doutrina, um

pressuposto nuclear do funcionamento de uma economia de mercado.

Simplesmente no caso do Leste a questão das privatizações é bem mais complexa do que sucede noutras paragens onde o sistema de mercado já é a regra. No Leste, as privatizações são uma reforma radical que têm um importante alcance político: uma mudança de um regime económico e político que se supunha irreversível, a eliminação do poder de certos grupos sociais e partido(s) político(s), a promoção de certos ideais políticos e da ideologia liberal, etc. (W. Andreff). Os objectivos não são apenas ou mesmo essencialmente económicos, financeiros ou gestionários e isso implica que, de forma muito mais intensa do noutros contextos, certos constrangimentos do meio ambiente se façam sentir.

E, segundo I. Grosfeld, tais constrangimentos são, pelo menos, de quatro tipos: legais, políticos, económicos e administrativos. Uns, de natureza sistémica, outros de natureza externa (W. Andreff).

Uma economia de mercado pressupõe uma relação íntima com o direito (N. Horn). Por isso a transição dos sistemas do Leste requer que seja estabelecido um sistema legal adequado não só no campo específico das privatizações (lei-quadro, restituições, concursos, etc.), não só do direito privado clássico (garantias à propriedade privada, liberdade contratual, direito das sociedades, responsabilidade civil, regime das falências, etc.), como também no campo do direito económico público e do direito social. Sem uma regulação pública de questões como a moeda e os câmbios, a defesa da concorrência, a protecção do ambiente e do consumidor, de múltiplos aspectos das relações laborais, sem uma adequada reforma fiscal, etc. poder-se-á atingir uma economia de mercado, mas uma economia de mercado onde vigorará a lei da selva. Ora hoje o mercado, sob pena de ser o rei da economia informal ou subterrânea, da especulação sem freios ou da lavagem do dinheiro ou mesmo de não funcionar, é um mercado institucionalizado ou regulado por lei. O mercado não é com efeito somente um mecanismo, mas também um conjunto de instituições e de regras específicas que permitem a estes mecanismos desenvolver-se e funcionar eficazmente (F. Morin), facto, a meu ver, ignorado ou não compreendido por muitos dos técnicos e dirigentes do Leste, em nome de uma visão ingénua, mítica ou ideológica das privatizações e do mercado.

Por outro lado, no plano económico-financeiro, existem importantes constrangimentos às privatizações nestes países: falta de poupanças privadas, ausência de critérios contabilísticos fidedignos de avaliação de empresas, inexistência de mercados financeiros, dificuldades de créditos, etc. Estas dificuldades presentes também nos processos de privatização dos PVD obrigam a uma reformulação das técnicas de privatização, a enveredar por programas de estabilização ou de ajustamento macroeconómicos, e condicionam, como se verá, a velocidade das privatizações.

Acrescem os constrangimentos de natureza política e social. Um processo de privatizações onde prevalecem motivações políticas cria resistências, oposições da parte dos que perdem com ele (desde logo a nomenclatura e a burocracia não convertidas a empresário). Mas cria também, em reacção ao passado recente, uma forma de "fanatismo privatizador" por parte de partidários que, no dizer de Andreff, de tão zelosos põem o processo em perigo por "excesso de voluntarismo". No plano ideológico e cultural, um papel de relevo jogam ainda os legados mentais e comportamentais do "período comunista": considerações de equidade, medo de desemprego, atitudes de preeminência da propriedade privada e o papel dos investidores estrangeiros, aversão pelo risco, factor que inibe o desenvolvimento de um estrato empresarial privado interno, etc.

Por fim, há ainda que contar com constrangimentos organizacionais e administrativos, porventura menos visíveis, mas nem por isso menos presentes, que vão limitar e influenciar o *modus faciendi* das privatizações. Muitos gostariam que tal processo se realizasse liberalisticamente de forma espontânea de base. Mas a realidade é distinta dos desejos. E as privatizações têm sido, de um modo ou de outro, fruto de uma intervenção de entidades estatais.

3. O objectivo das privatizações é, pois, o problema nuclear a resolver. Mas a definição dos objectivos não é uma questão que possa ser resolvida de forma voluntarista, uma vez que está subordinada a constrangimentos do meio ambiente, sistémicos uns, como as estruturas, instituições e comportamentos herdados, e externos outros, como o papel do investimento directo estrangeiro, o peso da dívida externa, as condições de câmbio entre a moeda nacional e as divisas e o montante da ajuda

pública internacional (W. Andreff). Da resposta ao porquê das privatizações e do peso dos constrangimentos existentes resultará, em larga medida, a resposta ao quê, ao como e ao quando privatizar, isto é, a matéria a privatizar, os meios e técnicas de privatização e o ritmo do processo.

Há com efeito que ter em conta que, no curto prazo, a matéria a privatizar depende da rentabilidade efectiva ou potencial das empresas. Por isso muitas empresas públicas, sobretudo as maiores e as situadas em sectores pouco rentáveis, não são susceptíveis de serem privatizadas. Mas tal não significa necessariamente que devam ser liquidadas, sob pena de tal medida poder dar origem a um processo de desindustrialização e a situações de crescente subdesenvolvimento, com graves repercussões sociais. A reestruturação das empresas públicas adoptando novos métodos de gestão não administrativos e submetendo-as a um meio ambiente concorrencial pode ser uma solução, mesmo que transitória.

Por outro lado, não deve esquecer-se que quando a empresa pública goza de uma posição de monopólio ou mesmo de oligopólio, a sua privatização, pelo menos sem prévia reestruturação, em nada contribuirá para um aumento da sua eficiência, daí podendo apenas resultar rendas de situação em favor do novo proprietário, sem qualquer vantagem para os consumidores. Isto é uma situação com mais perigos do que a do monopólio público.

Há assim razões objectivas para que, em países onde existe um importante sector público, o processo das privatizações seja incompleto e mais lento do que inicialmente se preveria, subsistindo no final, pelas razões acima indicadas ou por razões de índole estratégica (os sectores-chave da economia), ainda um sector público significativo.

Definidos os objectivos e a extensão das privatizações daí advirá o elenco das técnicas a privilegiar: venda directa, leilão, concurso público, concurso restrito, ofertas públicas de acções, venda de acções em troca de cupões de investimentos, sem esquecer, numa óptica de controlo, a concessão ou a própria locação, etc. Uma lei-quadro deverá regular as condições e pressupostos da utilização de tais técnicas nos casos concretos. Daí resultará também a escolha do método ou via de privatização, se através da iniciativa de um órgão

estatal, se por meio de processo mais espontâneo.

O ritmo das privatizações, o seu calendário, é, em grande parte, um problema de gestão do tempo. Mas é sobretudo uma questão eminentemente ligada às anteriores. E aí se confrontam duas tácticas possíveis: ou se opta por um processo gradual e de longo prazo, por estádios, ou se opta por um processo de choque (*in one big step*). Dir-se-á que na primeira via as privatizações surgem como um meio, um instrumento de transformação, enquanto na segunda elas são um fim em si mesmo, um alvo. Esta última via, que tem contornos ideológicos bem nítidos, é aquela que, pelo menos numa primeira fase, ocorreu nos processos de transição para a economia de mercado em curso nos países de Leste.

Os constrangimentos de que falámos, porém, cedo obrigaram a uma atitude mais pragmática. Neste contexto, uma questão assume progressiva relevância, a das repercussões do processo de privatizações no domínio das relações de trabalho, do nível de emprego e da protecção social, factores que implicam necessariamente uma redefinição do papel do Estado no quadro da sua intervenção na política social (M. A. Moreau).

Assim será, pelo menos, quando o processo das privatizações for acompanhado de um processo de democratização das instituições políticas. É que, em regime democrático, afirma Andreff, a sanção para o êxito ou inêxito das privatizações é também de natureza eleitoral. Por isso, o óptimo das privatizações não é idêntico ao máximo de operações de privatização, sendo a sua realização condicionada, primeiro que tudo, dos constrangimentos existentes, entre os quais, os sócio-políticos podem assumir um papel primordial.

Tudo isto nos faz desembocar num interessante paradoxo: o processo de privatizações, que teoricamente deveria reduzir o papel do Estado na esfera económica e social, vai conduzir a um importante incremento da actividade estadual. Questão, aliás, que não surpreenderá os cultores do direito económico: com efeito, privatização não é sinónimo de menos Estado, mas de redefinição das funções do Estado e de desenvolvimento de novas formas de regulação estatal. ■

António Carlos Santos

Congresso Mundial do Lazer: Discovering New Routes for Leisure

158

Realizou-se em Lisboa, nos dias 3, 4 e 5 de Junho o Congresso Mundial do Lazer, subordinado ao tema "*Discovering New Routes for Leisure*". Organizado pelo Research Committee on the Sociology of Leisure da Associação Internacional de Sociologia, em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e com a Associação Portuguesa de Sociologia, este congresso reuniu um fórum científico internacional de mais de 70 participantes. Ao longo dos três dias foram abordadas diversas temáticas associadas à investigação dos fenómenos do lazer, com o objectivo central de dar a conhecer as mais recentes linhas de investigação nesta área. Sem proceder a uma descrição pormenorizada das diferentes sessões, poderemos dizer que foram quatro os eixos de abordagem temática:

- Tempos sociais, tempo de lazer, sua distribuição e significado;
- Novos contextos de lazer e estilos de vida;
- Políticas culturais, práticas culturais e formas de lazer;
- Turismo e desporto;

Estes mesmos eixos temáticos revelam a diversificação dos objectos empíricos e teóricos da Sociologia do Lazer, cujas discussões clássicas das escolas francesa e norte-americana se centravam em torno do conceito de trabalho e não trabalho, produção e consumo, indústrias do lazer e sociedade de massas. Desta forma, a pluralidade de comunicações apresentadas revelou, por um lado, o volume e a diversidade da investigação empírica produzida no âmbito desta disciplina, dificultando, por outro, a possibilidade de aferição das suas problemáticas mais recentes e linhas de investigação mais inovadoras. De facto, o grande número de comunicações apresentadas e a escassez de tempo reservado à sua discussão impediram, frequentemente, uma melhor explicitação do conteúdo dos textos apresentados. Tal aconteceu com algumas das participações mais interessantes do congresso. Refiro-me a duas comunicações que, situando a abordagem do lazer na fronteira com a análise dos processos sociais de construção de identidades e de individualização, remetem a investigação sociológica para uma pesquisa

centrada sobre os processos de carácter simbólico gerados pelos actores sociais no contexto das práticas sociais do lazer. Numa abordagem de pendor mais teórico, T. Rudi Laermans (Univ. Cat. Louvain) propôs uma análise dos espaços e das práticas de lazer como catalizadores dos processos de definição e constituição negociada das formas de identidade dos indivíduos, para além dos limites e constrangimentos impostos pelas estruturas sociais (classe, sexo...). Mirja Liikkanen (Finlândia), com base na análise preliminar de dados empíricos relativos à sociedade finlandesa, evidenciou o carácter ético e moral do discurso produzido pelos actores sociais acerca do lazer, apontando para uma projecção dos modelos identitários sobre as práticas de lazer.

Mas outras comunicações houve que merecem o mesmo destaque. Nicole Samuel, uma das figuras principais da escola francesa de J. Dumazedier, apresentou uma comunicação cujo conteúdo se inscreve no contexto do trabalhos por si já publicados. Incidindo a sua abordagem do lazer na análise dos tempos sociais e da autonomização do tempo de lazer face aos tempos de produção, N. Samuel retomou uma das propostas teóricas mais representativas da problemática do lazer. O britânico Stanley Parker foi, por sua vez, um dos participantes ouvido com mais atenção dado o interesse gerado em torno da temática da sua comunicação - "*Group life: individual interests and social purposes*". Reportando-se aos novos movimentos sociais visíveis nas sociedades contemporâneas, como sejam os movimentos ecologistas e de direitos humanos, S. Parker sugeriu a emergência de novas formas de lazer, associadas a modelos de participação cívica e política de carácter voluntário, designando-as por "serious leisure". Com esta abordagem, S. Parker parece sugerir um alargamento do conceito de lazer a práticas e comportamentos sociais que se encontram na fronteira do campo político, recolocando mais uma vez a questão da definição do próprio conceito de lazer. De facto, definido classicamente na relação com os conceitos de trabalho e de produção, o seu conteúdo tem vindo a ser objecto de contínuo debate teórico. S. Parker retomou-o a partir de uma nova perspectiva, associando o desenvolvimento de novas formas de lazer às novas configurações do exercício de individual e colectivo da cidadania.

No que diz respeito à presença dos investigadores portugueses, será importante

referir o elevado número de comunicações apresentadas, o qual se justifica pela oportunidade da realização de um congresso internacional no nosso país. Uma observação razoavelmente atenta do conteúdo dos textos apresentados permite concluir o estatuto incipiente da investigação sociológica sobre o lazer, em Portugal. De facto, grande parte das apresentações a que assistimos revelaram um interesse real sobre a problemática da sociologia do lazer mas também a sua abordagem subsidiária no contexto de objectos de investigação não directamente centrados sobre algum dos seus eixos teórico-empíricos. É, por exemplo, o caso das comunicações apresentadas por Graça Carapinheiro ou por J. M. Paquete de Oliveira e Luis Garcia, os quais se propuseram a uma análise do lazer no contexto dos seus objectos de estudo, respectivamente, a instituição hospitalar e os meios de comunicação social (imprensa). Este mesmo estatuto da investigação sobre o lazer, no nosso país, transpareceu da apresentação feita por Helena Maria dos Santos, em cuja comunicação se coloca a questão inicial da autonomia ou não autonomia do próprio objecto da sociologia do lazer - *"o trabalho para inventar o não-trabalho: práticas de cultura e relações com o lazer"*.

É neste contexto que podemos entender que a realização do Congresso Mundial do Lazer, no nosso país, assume importância substancial. Este constituiu uma oportunidade para os sociólogos portugueses se confrontarem com as pesquisas realizadas por outros investigadores sociais no âmbito de uma Sociologia do Lazer plenamente autonomizada. Deste confronto esperamos que possam nascer ou ser renovados alguns projectos de investigação que permitam o desenvolvimento de protocolos de investigação sobre as formas de lazer que têm lugar na sociedade portuguesa. ■

Paula Abreu

2.º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, São Paulo, 4 a 7 de Agosto de 1992

A aventura tinha começado em Coimbra, em 1990, com a realização do 1.º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. O 2.º Congresso, que agora decorreu em São Paulo, organizado pelo Departamento de

Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com a colaboração da Secretaria de Cultura do Município Paulista, procurou continuá-la e consolidá-la. Falo da aventura de criar uma comunidade científica lusófona de cientistas sociais, reunida no propósito de conduzir investigações articuladas sobre as sociedades portuguesas, brasileira e africana de língua oficial portuguesa, procurando perceber as suas ligações recíprocas e, ao mesmo tempo, os lugares respectivos no sistema-mundo.

O congresso permitiu avançar a passos seguros, na construção daquela comunidade. Em primeiro lugar, embora os sociólogos paulistas constituíssem, compreensivelmente, o maior número dos presentes, foi possível deslocar um grupo relativamente importante de investigadores portugueses e diversificar a proveniência estadual e a formação disciplinar dos colegas brasileiros, alguns deles historiadores e antropólogos e muitos vindos do Rio de Janeiro, do Recife, de Porto Alegre, de Santa Catarina, etc. - o que, nas condições extremamente difíceis, do ponto de vista económico, social e político, em que o Congresso foi organizado, não é demais assinalar. A lacuna mais importante, neste aspecto, foi a escassíssima presença de colegas africanos - o que também se deve, como é fácil constatar, à situação dramática vivida por vários dos países de expressão portuguesa em África.

Em segundo lugar, o próprio facto de o congresso não ter, ao contrário do que regularmente sucede em Portugal, motivado uma presença massiva de estudantes e profissionais, em termos de assistência, favoreceu o desenvolvimento de uma dinâmica de troca de conhecimento e ideias entre os comunicantes, divididos em sessões de trabalho em pequenos grupos.

Em terceiro lugar, foi garantida a continuidade destes encontros, tendo ficado apazado o 3.º Congresso para 1994, em Lisboa.

O tema geral do congresso foi uma análise crítica dos desafios colocados à modernidade, no mundo afro-luso-brasileiro, tendo em conta a natureza semiperiférica ou periférica das posições que as várias sociedades que o compõem ocupam na ordem internacional. As intervenções de abertura, a cargo de Marilena Chauí, e de encerramento, a cargo de Boaventura de Sousa Santos, foram dois calorosos apelos ao desenvolvimento de uma leitura ao mesmo tempo

analítica e crítica das realidades actuais. Em sessões plenárias, três mesas-redondas discutiram as possibilidades de uma memória comum, os novos actores, identidades e situações presentes, e as relações entre cultura e política. Nos grupos de trabalho, sentiu-se particularmente a actualidade e a riqueza do trabalho sociológico brasileiro sobre os movimentos sociais.

Do ponto de vista das discussões havidas, ressaltaram, ao que creio, três linhas de força. Uma era a inquietação colocada pela dramática situação política no Brasil e pelos esforços de paz e reconstrução nacional em Moçambique, a todos os participantes. Outra era o grande interesse dos nossos colegas além-Atlântico pela cultura portuguesa e pelo que dela enformou a sua própria história e cultura. Foi, aliás, uma ideia bastante feliz e realização paralela de três cursos, sobre culturas africana, brasileira e portuguesa. Finalmente, notava-se que, se é já possível confrontar pertinentemente resultados de investigações independentes sobre as sociedades em questão, ainda teremos de dar um salto qualitativo, qual seja o de construir verdadeiras pesquisas comparativas, designadamente entre Portugal e o Brasil. Será essa, porventura, a agenda para este tempo intercalar, até ao próximo congresso. ■

Augusto Santos Silva

Conferência conjunta da Society for the Social Studies of Science e da European Association for the Study of Science and Technology, Gotenburgo, Suécia, 12-15 de Agosto de 1992

Teve lugar em Gotenburgo, em Agosto passado, uma conferência organizada conjuntamente pela *Society for the Social Studies of Science*, sediada nos Estados Unidos da América, e pela *European Association for the Study of Science and Technology*, rede de investigadores europeus, cujo secretariado funciona actualmente no Reino Unido. A Conferência não obedeceu a um tema preciso. O seu objectivo foi de juntar num mesmo espaço todos aqueles que quiseram interromper ou adiar as férias estivais para comunicar aos seus pares os resultados dos seus últimos trabalhos no domínio dos estudos sociais da ciência e tecnologia.

Tratou-se de uma «grande» conferência, em número de participantes e de comunicações (442, se as nossas contas estão certas)¹. Não seria de esperar outra coisa de uma realização de duas associações internacionais que reúnem um largo número dos investigadores activos no campo dos estudos sociais da ciência e da tecnologia. Acresce que se trata de uma área essencialmente pluridisciplinar, que vai da história à ética da ciência, passando pela ciência política e pela economia, a epistemologia, a antropologia, a sociologia e a análise das relações internacionais. Não só as disciplinas são numerosas, como elas têm despertado nas últimas décadas um interesse crescente, quer dos meios científicos, quer das entidades financiadoras da investigação social, especialmente nos países tecnologicamente mais avançados. A curiosidade actual pelo estudo das relações entre a ciência/tecnologia/sociedade e pelos próprios processos internos de funcionamento da ciência é indissociável da penetração da ciência e da tecnologia em todas as esferas da vida social, nos planos económico, socio-cultural, político, e do facto de ela afectar os próprios fundamentos da vida e as liberdades individuais.

A Conferência funcionou em sessões paralelas, onde foram discutidos temas muito variados, segundo abordagens disciplinares distintas, e que tomaram por referência diversos contextos geográficos e sociais. Sendo naturalmente impossível oferecer uma panorâmica global das comunicações e dos debates (falta-nos o dom da ubiquidade), limitaremos esta nota a uma amostragem dos principais temas que fizeram parte da agenda e a iluminar uma ou outra tónica das discussões, susceptível de dar uma indicação sobre preocupações actuais da investigação no domínio dos estudos sociais da ciência e tecnologia.

Temas houve, aliás, que «atravessaram» a conferência, isto é, que ocuparam o trabalho de sessões praticamente contínuas: por exemplo, a organização e a política de ciência, incluindo os mecanismos consultivos neste domínio, o controlo da qualidade da ciência, a ética científica, a investigação na era do imperialismo científico, a ciência pós-comunista, as comunidades científicas e técnicas e o desenvolvimento, as controvérsias científicas, a mulher e a ciência, a popularização da ciência.

¹ A colecção dos «abstracts» da Conferência encontra-se depositada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Muitos dos debates sobre a organização e a política de ciência partiram da evidência de que o contexto actual da ciência se alterou profundamente nos últimos anos: de um estádio em que se pressupunha a separação entre a ciência (como fonte privilegiada de acesso à verdade sobre a natureza) e as esferas económica e política, transitou-se para outro em que a ciência, porque «tecnociência», largamente subordinada às necessidades de competição industrial, tende a perder a legitimidade e a autoridade de que beneficiava. A sociologia do conhecimento científico (e, em especial, o «constitutivismo científico»), ao desmontar os mecanismos de produção e de circulação do conhecimento, contribuiu para revelar os factores psico-sociais, económicos e políticos na sua formação e, assim, para «banalizar» a ciência, justificando do mesmo passo a subordinação desta a modos de controlo social a que se encontrava imune.

A ciência e a tecnologia apresentam-se, ao mesmo tempo, aos investigadores sociais, como temas críticos para a compreensão das instituições, do funcionamento e dos problemas da sociedade pós-industrial: do reforço dos poderes de cariz totalitário (que se exprimem nos bancos de dados, na possibilidade de patentear a matéria viva), aos riscos de guerra nuclear e de outras formas de «guerra» biológica, biogenética, etc., dos problemas climáticos globais ao desenvolvimento económico das sociedades do Norte e do Sul.

O novo estado de coisas alterou profundamente a posição social dos cientistas e o seu papel junto das esferas de poder. Percebe-se, assim, que um das interrogações expressas fosse a da função que os cientistas deveriam idealmente desempenhar, quando chamados a participar como conselheiros pelo aparelho político. Não se deveria, apontou-se, perder de vista o equilíbrio entre os papéis *essenciais* do governo e da ciência: que são, respectivamente, o de desenhar vários cenários de escolhas possíveis para as sociedades, e o de contribuir para reduzir a ignorância (científico-técnico) social, facilitando assim as opções.

A atracção exercida pelo tema das controvérsias científicas, no quadro dos estudos sociais da ciência e tecnologia, é também um fruto do novo contexto da ciência (e das incertezas que a envolvem), bem como do respectivo «contrato social». Uma dicotomia relevante nesta matéria é a que separa as «controvérsias científicas» das «contro-

vérsias socio-políticas de base científica (*«science-based controversies»*), apelidadas, por alguns, respectivamente, como controvérsias «puras» e «impuras». Algumas das comunicações apresentadas durante as sessões dedicadas a esta temática puseram em evidência que, quando envolvidos em controvérsias científicas «impuras», os cientistas dificilmente mantêm a posição neutral (por que eram conhecidos, e reconhecidos), não se mostrando indiferentes às implicações das opiniões científicas por eles expressas sobre o desfecho do processo de decisão. Esquemas conceptuais elaborados para facilitar a procura de padrões comuns e tipologias de controvérsias identificam como factores condicionantes das opiniões dos cientistas: a competição, as fronteiras entre disciplinas, os interesses adquiridos, as estruturas de poder internas e externas à comunidade científica. As controvérsias tendem, além disso, a ser configuradas como processos de aprendizagem e espaços em que se cruzam diferentes formas de racionalidade, contrariando a noção tradicional de controvérsia como contrapondo duas partes, uma com e outra sem razão.

Uma breve referência final a uma questão que, pela sua novidade, despertou especial atenção dos conferencistas: a «ciência pós-comunista». O que esteve, de facto, em causa foram as reformas do quadro institucional da ciência nos países do ex-bloco de leste. Todavia, as comunicações e debates ressentiram-se, precisamente, dessa novidade: ficou-se, em grande parte, ao nível das impressões gerais, talvez as únicas possíveis no actual contexto de turbulência com que muitos daqueles países se deírontam. As reformas em curso têm em vista a transição do modelo soviético assente em academias de ciências, onde se concentravam as principais actividades de investigação, para novas formas institucionais inspiradas nos modelos dos países ocidentais, onde são as universidades os principais centros da investigação. Os investimentos na ciência (que eram relativamente elevados no regime anterior) sofrem, contudo, os efeitos da falta de confiança do público num sistema científico largamente comprometido com o poder político autoritário, o que, segundo se disse, parece explicar, além do mais, a propensão de parte da população para «afiliar-se» em outras fontes de conhecimento ou de autoridade (da astrologia às seitas ...). As dificuldades económicas, por seu lado, contribuem para arredar as preocupações com o longo prazo.

Fica-nos o sentimento da dificuldade de informar sinteticamente sobre uma consciência desta natureza e amplitude. Mas, como a opção era entre informar (muito selectivamente) e não informar...

Maria Eduarda Gonçalves

Colóquio "The Power of Images: Marketing Tourism in the 1990's" (Londres, 2 e 3 de Setembro de 1992)

162

O desenvolvimento crescente do fenómeno turístico tem vindo a estimular um debate alargado em torno dos impactos sócio-culturais e ambientais que daí decorrem. Um dos aspectos mais salientes da agenda deste debate prende-se com o marketing turístico e os problemas que se colocam em torno da construção das imagens que lhe servem de suporte. O forte poder de construção da realidade que estas imagens encerram faz com que o marketing turístico constitua, nos nossos dias, um campo onde se cruzam interesses diversos e, muitas vezes, conflituais. Daqui decorre um conjunto de problemas de natureza económica, sócio-cultural, política e mesmo ética, que preocupam, a um tempo mas sob prismas diversos, agentes da indústria turística, promotores turísticos oficiais, consumidores, investigadores, jornalistas.

Foi com o objectivo de debater estes problemas e de estimular o confronto entre perspectivas divergentes que o Colóquio de que aqui se dá conta reuniu em Londres, durante dois dias, um conjunto de pessoas oriundas de diversas áreas profissionais. Promovido pelo Roehampton Institute, sediado em Londres e integrado na Universidade de Surrey, este Colóquio veio simultaneamente dar maior visibilidade à actividade que alguns dos elementos que integram o Departamento de Sociologia e Administração Social daquele Instituto têm vindo a desenvolver. Esta actividade, aliás, encontrara já tradução no lançamento, em 1990, de um Mestrado em Antropologia e Sociologia do Turismo, coordenado por John Eade, um dos responsáveis, juntamente com Tina Bryant, pela organização deste encontro.

Os trabalhos do Colóquio decorreram sob a égide da confrontação entre três lógicas que, com frequência, actuam contraditoriamente:

1) a lógica dos interesses financeiros da indústria do turismo; 2) a lógica da satisfação das expectativas e dos direitos dos consumidores; 3) a lógica da preservação ambiental e sócio-cultural dos locais e das comunidades visitados.

A intersecção entre estas três lógicas suscita uma questão central no que toca ao marketing turístico: a de saber quais os critérios que devem presidir à produção da informação de natureza turística. O problema está em saber quem tem a legitimidade para definir esses critérios, ou melhor, quem tem o poder para o fazer, sendo que a produção da informação constitui em si mesma um campo de lutas e de interesses conflituais. Foi em torno deste problema e das várias consequências que dele decorrem que se centraram as comunicações apresentadas, organizadas em torno de quatro grandes temáticas: as estratégias de promoção do turismo para os países sub-desenvolvidos; a natureza e o poder das imagens no turismo; o turismo urbano; o turismo histórico-cultural. Do conjunto das comunicações apresentadas, é merecedora de particular destaque a intervenção de John Urry, sem dúvida a mais aguardada de todo o encontro, do ponto de vista científico. Retomando as teses defendidas no seu livro de 1990, *The Tourist Gaze*, Urry procurou responder às críticas que lhe vinham sendo dirigidas e que denunciavam o modo como reduzia a experiência turística à dimensão sensitiva visual. Explorando a analogia com o *olhar* clínico teorizado por Foucault, Urry argumentou que o elemento visual é uma componente essencial da experiência turística, ainda que esta não se reduza a aquele. O consumo do produto turístico traduz-se, em grande parte, na fruição de um determinado ambiente visual, o que obriga a dar atenção à atitude do próprio turista. Neste sentido, Urry avançou uma proposta de tipologia que identifica cinco formas distintas do *olhar do turista* (em vez de apenas duas, como propusera em *The Tourist Gaze*): a romântica, a colectiva, a espectacular, a ambientalista e a antropológica.

Merecedora de destaque foi também a intervenção de John Eade sobre a *turistificação* do East End londrino. Eade mostrou como a construção da imagem turística de um espaço e/ou de uma comunidade pode ser objecto de conflitos entre a população residente e os promotores oriundos do exterior, pondo em evidência a necessidade de envolver aquelas populações nos processos de desenvolvimento turístico, de modo a

favorecer a promoção de um *turismo sustentável* (na expressão original *sustainable tourism*).

Foi precisamente a ideia da necessidade de encontrar plataformas de cooperação entre os diferentes agentes envolvidos directa ou indirectamente nas actividades turísticas, de molde a fomentar um *turismo sustentável*, que constituiu, porventura, a conclusão mais consistente deste Colóquio. Entende-se por *turismo sustentável* um turismo capaz de:

- a) compatibilizar os interesses dos agentes empresariais com a exigência de qualidade por parte dos consumidores, nomeadamente no que respeita à divulgação de informação adequada acerca dos locais a visitar;
- b) evitar transformações negativas nas culturas locais e intromissões gravosas no quotidiano das comunidades receptoras;
- c) estimular a participação activa das comunidades receptoras na condução dos processos de desenvolvimento turístico.

Encontrar as vias para o desenvolvimento deste *turismo sustentável* é, assim, o desafio com que terão que se confrontar num futuro próximo tanto os agentes económicos e políticos, como a própria comunidade científica.

As conclusões finais do Colóquio apontaram para algumas das esferas em que a colaboração entre o mundo empresarial e a comunidade científica se pode revelar particularmente promissora. A este respeito, destaque-se a necessidade, amplamente reforçada, de desenvolver estudos acerca da relação entre as práticas turísticas e os estilos de vida, bem como acerca dos impactos sócio-culturais do turismo sobre as populações receptoras. De igual modo há que promover um maior envolvimento dos diferentes grupos e instituições nos processos de produção de informação de natureza propagandística e generalizar o debate em torno desta questão que, em última análise, coloca em jogo o problema da identidade social. Debate que urge estimular também em Portugal, onde a escassez de conhecimento sobre as realidades turísticas e a ausência de espaços de discussão generalizada contrastam com a importância que o turismo ocupa hoje na economia nacional e a amplitude dos seus múltiplos impactos sobre o país.

Claudino Ferreira

I Jornadas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: A Economia e a Sociedade na Viragem do Século, Coimbra, 28 e 29 de Abril de 1993 — 20 Anos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

PROGRAMA

Dia 28, 4.^a-feira

11 horas — Doutoramento *Honoris Causa* de Albert O. Hirschman, na Sala Grande dos Actos da Universidade de Coimbra

15 horas — Sessão Inaugural
Albert O. Hirschman (Institute for Advanced Studies - Princeton)
Robert Boyer (CEPREMAP - Paris)
Boaventura de Sousa Santos (FEUC)

Dia 29, 5.^a-feira

10 horas — Painéis Temáticos:

- I - Portugal: Cenários para a Política Económica no Limiar do Século XXI
- II - Organizações e Complexidade: Estratégias de Gestão e Inovação
- III - Portugal no Final do Século: Problemas da Sociedade, Problemas da Sociologia

15 horas — Sessões Simultâneas: Temas (Abertas à apresentação de comunicações)

1. Inovação Tecnológica e Desenvolvimento
2. O Estado e a Economia
3. Sistemas Produtivos Locais
4. A União Monetária Europeia
5. Globalização dos Mercados Internacionais e Políticas de Coordenação
6. Informação Estatística, Telecomunicações e Desenvolvimento Económico
7. Estilos de Vida e Identidades
8. Políticas Sociais e Solidariedades
9. O Estado da Saúde: medição, qualidade e aspectos sociológicos
10. Planeamento e Gestão Assistidos por Computador
11. Políticas e Estratégias Empresariais
12. A Actividade Empresarial: aspectos financeiros
13. O Direito e a Regulação da Economia
14. Modelos Matemáticos em Economia
15. Escolas Historiográficas e Perspectivas de Evolução da Historiografia